

OPINIÃO *longresso*

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMOES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Osvaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

A volta do jetom

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, está sendo instado por seus colegas a ressuscitar uma anomalia: o jetom. Trata-se de pagamento adicional que o parlamentar, no passado recente, recebia quando se dispunha a comparecer ao seu local de trabalho.

Tal expediente vigeu por muitos anos e gerou distorções intoleráveis, como a quintuplicação sistemática dos vencimentos dos parlamentares e a extensão indevida do benefício aos ausentes — sempre às custas do contribuinte. Não resistiu felizmente ao processo de saneamento moral por que vem passando o Legislativo, sobretudo após a célebre CPI do Orçamento.

O jetom, como se sabe, foi abolido e o comparecimento às sessões passou a ser fiscalizado com maior rigor. Antes, a presença era premiada, como se fosse uma deferência do titular do mandato à instituição; agora, inversamente, a ausência é punida com descontos no salário. Um avanço, sem dúvida.

Nem a todos, porém, agradou. Parcela dos parlamentares sente saudades dos velhos tempos e pressiona a presidência para que restabeleça o expediente. O argumento é dramático: a deterioração do salário de deputados e senadores.

O jetom seria um truque para atenuar o problema sem submeter a instituição ao desgaste público de legislar em causa própria.

No caso específico, cogita-se de estabelecer um dia fixo para votações — as terças-feiras —, cujo comparecimento renderia a cada parlamentar a bagatela de R\$ 600, o que representaria um acréscimo salarial de R\$ 2,4 mil mensais.

O deputado Wilson Braga (PDT-PB), defensor do jetom, abre o jogo: “Os parlamentares estão no **vermelho**, mas aqui há muita hipocrisia. Todos querem o aumento, mas ninguém tem coragem de falar abertamente”.

O ofício parlamentar, de alta significação para a democracia — é, afinal, pré-requisito para que funcione —, deve ser bem-remunerado. Se, conforme queixa de muitos parlamentares, não é o caso, não há por que temer o debate aberto da questão. Muito ao contrário, deve caber ao Congresso a iniciativa de propô-lo. Há um compromisso de transparência da instituição com a opinião pública e a questão salarial não pode ser posta à margem.

O que é inconcebível é a restauração de expedientes viciados, cuja vigência no passado contribuiu para o considerável desgaste a que a instituição foi submetida e cujos ônus ainda hoje paga. A restauração do conceito do Congresso Nacional perante a sociedade é fundamental para a consolidação da democracia brasileira. É, portanto, missão e desejo de todos — congressistas ou não.